



EletoRevista

Revista Científica e Tecnológica

Institutional Business Consultoria Internacional

ISSN Nº: 1983-2168

Professor Istvan Kasznar PhD.
 Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, na EBAPE – Escola Brasileira de Administração
 Pública e de Empresas;
 Professor – Conferencista do IBMEC; PUC – Pontifícia Universidade Católica e UERJ – Universidade
 do Estado do Rio de Janeiro.
 Economista – Chefe da ACREFI
 CEO da IBCI – Institutional Business Consultoria Internacional.
 Conselheiro Econômico do Instituto Dannemann Siemsen da Propriedade Industrial – IDS.

istvan@fqv.br - istvan@acrefi.org.br - istvan@ibci.com.br

PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: SETORES BENEFICIADOS E OSSÍVEIS PERDEDORES.

Introdução

A Economia e sua sistemática de produção são divididas usualmente em quatro setores principais. O primário lida com a agropecuária, a silvicultura e a extração florestal. O secundário lida com a indústria, objeto deste estudo, onde a transformação de matérias primas, a junção e combinação de produtos em elaboração e semi-elaborados e a capacidade de dosar e unificar insumos jogam um papel principal. O terciário lida com o setor serviços e comércio. E o quarto setor vem recebendo cada vez mais esta denominação, ao considerar as organizações não governamentais – ONGs, cujo papel se firmou e expandiu a partir dos anos 1.960 no mundo e no Brasil.

O Brasil experimentou um razoável surto de industrialização a meados do século XIX, sob o II Império e comando de Dom Pedro II, mediante os impulsos firmes financiados pelos britânicos e com destaque para as obras navais, metalúrgicas, alimentares e diversificadas do Barão de Mauá.

Contudo, não perdeu o Brasil sua feição agrícola nem no passar ao século XX, quando as classes políticas que se sucediam eram conhecidas como as que faziam uma sucessão e aliança na base do café com leite. São Paulo entrava com o café e Minas Gerais com o leite, mostrando o vigor da economia do Sudeste.

Nos anos 1.930, os processos de emigração, conglomeração urbana e capitalização nas mãos do Estado se fizeram sentir, e iniciou-se um impulso industrialista, que se concentrou especialmente em São Paulo e nas regiões sudeste e sul do Brasil.

A infra-estrutura e a indústria de base criadas na época getulista, sob o Estado Novo, e logo após a II Grande Guerra Mundial, permitiram uma maior diversificação

industrial. Nos anos 1.950, mediante o BNDES como banco financiador, voltado ao apoio empresarial e suas necessidades de financiamento e capitalização de longo prazo, e com as conclusões geradas pela Missão Cook, que veio definir as áreas de vocações e de apoio industrial ao Brasil, a industrialização recebeu um terceiro e importante impulso.

Datam dessa época o GEIA e o GEICON, entre outros, ou grupos executivos que visavam a promoção e o desenvolvimento da Indústria Automobilística e da Indústria Naval, respectivamente. Desta forma, estas indústrias se formaram e tornaram-se vigorosas nas décadas seguintes, puxando consigo outras indústrias, como a de materiais elétricos, de motores, de metal-mecânica e outras, que definiram o vigor dos anos 1.950 a 1.970, na fase e no modelo econômico que se conheceu como substitutivo de informações.

Grandes projetos em infra-estrutura se sucederam nos anos 1.960 e 1.970, havendo empenho e criaram-se indústrias com capacidade exportadora, tais como as de papel e celulose; produção de sucos cítricos; produção de aço e metais; produção de alumínio; e apoio à vigorosa indústria da construção civil.

O alto endividamento externo de meados dos anos 1.970, aliado aos dois choques do petróleo de 1973/74 e 1.978/79, somados à quebra e moratória iniciada em setembro de 1.982, reduziram as linhas de empréstimos de longo prazo da Lei 4.131 e da Resolução n. 63 a valores cadentes. Desta forma, o país não encontrava formas de financiar seu desenvolvimento em geral e em especial a indústria e a infra-estrutura passaram a sofrer fortes pressões redutoras e envelhecimento.

Dos anos 1.980 em diante, faltaram planos claros, bem definidos, de industrialização, modernização e financiamento fabril. O setor ressentiu-se desta situação, embora grupos dinâmicos de indústria tenham se sobressaído e grado importantes resultados para si mesmos e o país.

O financiamento doméstico foi resolvido em boa e importante medida mediante o BNDES e bancos regionais como o BASA e o BNB, além dos fundos constitucionais providos na Constituição de 1.988 para o desenvolvimento regional.

No severo processo de *slowdown* a que o Brasil se submeteu nos anos 1.980 / 2.000, uma das questões mais importantes acerca do setor industrial brasileiro é se ele teria crescido em termos reais; se seria ainda no geral dinâmico; e se haveria setores que se destacaram, e outros que “saíram prejudicados”, no jogo competitivo de indústria.

É acerca desta questão e destas temáticas que versa este estudo.

Situação e evolução da Indústria no Brasil.

A indústria brasileira tem passado por contínuas e profundas transformações ao longo das duas últimas décadas.

Fundamental para dispor-se de uma economia diversificada, complexa e competitiva, ela agrega valor aos produtos e serviços nacionais, ao gerar transformações nos insumos e matérias primas.

E ela vem se ressentindo aparentemente destas mudanças, especialmente geradas por choques do petróleo; elevadas taxas de juros reais; uma carga fiscal crescente e a abertura ao exterior das relações comerciais, entre outros fatores.

Entre 1930 e 1980, pontificou no país o Modelo Substitutivo de Importações. Mediante ele, visou-se reforçar a industrialização nacional, criando-se alicerces firmes e nacionalistas à produção local.

Os benefícios desse modelo foram notáveis, posto que criou-se uma indústria diversificada, com fabricantes que destinaram grande parte de sua produção ao mercado local e assim os brasileiros tiveram o que consumir e de forma variada.

Com o choque das taxas de juros do setembro negro de 1982, o Brasil mergulhou na crise da moratória e encontrou dificuldades em definir um modelo alternativo de industrialização. Medidas mais bem genéricas, compartimentalizadas, passaram a ser efetivadas, sem que se encontrasse um modelo de industrialização e modernização fabril integrada, propriamente dito, dessa data em diante.

Em boa parte, é compreensível a não instauração de um modelo industrial, pois ele pode trazer consigo as sensações da limitação, do fecho, do cercamento ou de uma rigidez de conceitos e ações, o que deixa de ser apropriado num regime mundial de mudanças contínuas e de globalização. Neste sentido, a tecnologia externa, dominante, aporta com vigor noutras áreas e obriga a flexibilização de conceitos, fronteiras de negócios e termos comerciais para a transação de bens e serviços.

Mas, estaria a indústria de fato passando por uma diáspora que a reduz e prejudica como um todo? Seria de fato tão significativo o conjunto de elementos que se abate sobre a indústria, que ela no lugar de crescer, decresce e perde em importância na economia brasileira?

É esta dupla de indagações que visamos responder, objetiva e sinteticamente.

Há várias formas de buscar-se respostas à dupla de perguntas que formulamos.

Certamente, cada forma de abordagem responderá a uma parte do todo, posto que ele sintetiza uma forma de pensar, mas pode deixar em aberto, para a polêmica, áreas menos estudadas.

Entre as formas de dar uma luz a estes questionamentos, escolhemos o levantamento de índices de evolução, crescimento e variação afeitos à indústria e seus principais subsetores, quando possível de 1981 em diante. E nossa análise prende-se a quinquênios, para sentirem-se as citadas evoluções de modo temporal mais marcante, o que se percebe mediante as cinco tabelas anexadas a esta curta pesquisa.

O crescimento fabril: dados e estatísticas setoriais, interpretados.

A indústria em geral cresceu 1,44% ao ano na média, entre 1981 e 2006 (*). Isto é, em 25 anos, que correspondem a um prazo longo, suficiente para conhecer-se o dinamismo de um setor, a área fabril brasileira evoluiu 42,94 %, uma taxa mais bem modesta e de pequena monta.

A rigor, 1,44% é pouco, baixo, comparado com a taxa propugnada e proposta para o Brasil, de 6% anuais, em regime de sustentabilidade de seu Balanço de Pagamentos.

Não chega o mencionado valor a representar uma estagnação. Tampouco transmite pujança ou vigor.

Conforme atesta o quadro 1, o índice de base fixa centrado no ano 2.000 como base cem, evoluiu de 70,687 pontos, para modestos 101,040.

Dividida em duas partes, a indústria conta com o setor extrativo mineral e o de transformação. No primeiro concentra-se a retirada de minérios das jazidas, num país particularmente bem dotado de recursos naturais, pela natureza. No segundo, por obra e esforço do homem, aprimora-se e altera-se a constituição das matérias primas, gerando-se um novo produto acabado, transformado.

Entre 1981 e 2006, a indústria extrativa mineral cresceu 389,65% em 25 anos, ou uma média anual de 6,56%. O crescimento do setor no mundo foi de 3,14% ao ano, logo isto revela que a indústria brasileira foi bem dinâmica, ativa, participante e assumiu um papel de liderança e de ponta. Certamente, entre os minérios que geraram este excelente desempenho, figuram o ferro, a bauxita geradora de alumínio, a cassiterita geradora de estanho, e o petróleo.

Este valor em si já é bem mais significativo. Produz uma sinalização de que os setores industriais evoluíram de modo bastante diferenciado, heterogêneo, no período analisado.

A meta de crescer 6% ao ano, para o PIB brasileiro, foi aventada freqüentemente nas décadas de 1980 e 1990. Isto porque essa taxa asseguraria uma evolução firme da renda per-capita e daria uma sensação de enriquecimento, para a população como um todo.

Deste ponto de vista específico, pode-se afirmar que a indústria extrativa mineral brasileira é muito bem sucedida, gera produto e renda e move-se na direção de contribuir com firmeza a favor do desenvolvimento econômico. Pena é que, por suas características intrínsecas, essa indústria seja capital intensiva e tecnologicamente concentradora de capitais, como decorrência, gera relativamente poucos empregos.

O maior cotista e participante da indústria, o setor de transformação, cresceu relativamente pouco. Conforme mostra o quadro 1, os índices dessa indústria, segundo o tipo, oscilam entre 48,305 e 134,81 pontos. Esse é o caso da indústria de bens de consumo duráveis, que evoluiu 4,19% anuais.

Ou seja, ao longo deste último quarto de século, os brasileiros trataram de comprar carros, geladeiras e fogões. Articularam-se para aparelhar suas moradias e o fizeram num ritmo anual substancial.

O que foi francamente mal é a indústria de bens de capital, que cresceu à taxa de 0,66%. E este dado é de fato grave, pois este é o setor gerador de investimentos, o propulsor do investimento e logo a máquina motriz do desenvolvimento.

Há vários fatores que podem explicar esta situação anêmica, de triste morbidez do setor, muito embora nenhum deles justifique a situação à qual se chegou. Entre esses fatores, pode-se aventar: a abertura ao exterior a partir de 1.990 reduziu as alíquotas de importação dos equipamentos e facilitou a entrada de bens de capital do exterior; os preços externos dos equipamentos sendo menores lá fora geraram a importação e o desaquecimento interno do setor; a competitividade e a produtividade tecnológica bem superior dos equipamentos externos levaram à sua compra e importação maciças; os mecanismos de financiamento de longo prazo e as taxas reais internas de juros abortaram a vontade empresarial de bem investir no país; e a inflação elevada dos anos 1980 até 1994 gerou uma propensão natural a adiarem-se investimentos.

Sintomático do não crescimento interno e da baixa renda da população no período estudado é a mínima taxa de crescimento anual da indústria de bens de consumo não duráveis: 0,76%. Isto revela que a capacidade interna de absorção de produtos foi pífia, redundando em baixos investimentos no setor e sem alimentar, por falta de expansão, a indústria de bens de capital.

Outra forma de verificar-se a efetiva dinâmica industrial pode ser oferecida pela análise da evolução dos indicadores industriais na forma de sua produção física. Isto é, analisar índices evolutivos quantum revela o aumento ou a queda nas quantidades produzidas, o que se associa com demanda e capacidade de oferta local e internacional.

No quadro 2, apresenta-se por gêneros industriais a evolução do período 1995 / 2005. Nessa década, o melhor desempenho médio anual foi da indústria de celulose, papel e produtos de papel, ou 3,97%. O Brasil, país equatorial e tropical por excelência, conta com alta capacidade geradora de fotossíntese; possui terras amplas e relativamente baratas; dispõe de fertilizantes a custo baixo e sua mão de obra rural é relativamente barata. Isto permitiu que a indústria de papel se firmasse e a *commodity* conquistasse literalmente o mundo.

Desempenho sofrível sucedeu com as indústrias têxtil, com taxa de menos 1,22% anual e de bebidas com menos 0,46%. Em que pese a matéria prima barata como o algodão brasileiro, boa parte da endividada indústria de tecidos fechou suas portas e não conseguiu competir com os produtores estrangeiros, as fibras sintéticas e as malhas oriundas da Ásia, notadamente da China.

Muito bom desempenho é dado pela produção de máquinas agrícolas, que cresceu à média anual de 6,52%, praticamente dobrando de tamanho em 11 anos. Este é um indício vigoroso de que de fato o setor agrícola, primário, equipou-se, reforçou-se em tecnologia e portanto aparelhou-se para agir competitivamente. Eis porque seus índices de crescimento tem sido os maiores e freqüentemente assegura-se que é o PIB agrícola que, participando aproximadamente em 18% do PIB – Produto Interno bruto, puxa este para patamares mais elevados.

Contudo, dependente que é dos regimes climáticos e pluviais, o setor agrícola é arriscado e por isso cíclico. Conforme mostram os indicadores do quadro 5, a agropecuária brasileira pode apresentar boas taxas anuais de crescimento, como as de 1995, de 4% e 2004, de 5,29%, e outras negativas, como ocorreu no fatídico ano do malogrado Plano Collor de 1990, quando a taxa foi de menos 2,76%.

A produção siderúrgica brasileira, que conta com o ferro mais puro do mundo, o que lhe confere competitividade natural, evoluiu a taxas médias anuais próximas às do Brasil na década de 1995 / 2005, de 2,61% , como foi o caso do aço bruto e tangente às taxas mundiais, de 3,18%, como se manifestou nos setores de ferro gusa, evolução de 3,1% e laminados de aço, com 3,49%.

Destaque para o Setor de Extração e Beneficiamento de Petróleo.

O que realmente foi e vai bem e representa um marco excepcional da moderna indústria brasileira, é o setor petrolífero. Dependente do famoso ouro negro em 1.974 em 78% do consumo interno, a partir daquele ano o Brasil empreendeu um esforço significativo, que resultou em sua autonomia e auto-sustentabilidade nesse particular.

Num momento no qual os Estados Unidos da América se confessam mediante o seu Presidente Bush “viciados em petróleo” e mergulhados numa guerra inglória no grande supridor de petróleo que é o Iraque; em que a guerra do oriente Médio toma feições complexas e novas para Israel, que se vê face ao Hezbollah sustentado pelo Irã; e em que a

tendência da maioria dos países é o aumento da dependência de petróleo, o Brasil acerta-se e direciona-se a favor de uma preciosa autonomia.

Isto significa que choques do petróleo externos, que elevam o preço do barril em Rotterdam e faziam disparar a inflação no Brasil, sangrando suas reservas internacionais, são e serão nos próximos anos menos danosas à economia brasileira. Porque o petróleo de Campos, industrializado, gera um escudo que defende o país. E essa industrialização petrolífera ocorreu à firme taxa média anual de 9,22%, um autêntico recorde mundial para países emergentes.

Saltar de 699 mil barris para 1.688 mil de 1995 para 2005 é realmente um feito a ser ressaltado e festejado. Demonstra a vitalidade bem focada, desta indústria brasileira, conforme o quadro 4 explicita.

Infelizmente, a produção de cimento estancou, e evoluiu à taxa de 1,03%, o que pode sinalizar sua substituição pelo cimento estrangeiro e a paralisia da vital indústria da construção civil.

Crescimento confortável foi dado pela indústria de embalagens, que tudo abraça, ao gerar uma pesagem que ultrapassou em 2.005 a marca de 2.156 mil toneladas. O crescimento de 4,77% mostra-se firme.

Conclusão.

Portanto, haja vista o anteriormente analisado, pode-se afirmar que a indústria está em crise e perde-se em firmeza?

Os indicadores mostram que no plano geral, a indústria está em franca retomada seletiva. Isto significa que não é de bom alvitre generalizar. Existem diferenças intra-setoriais marcantes e elas fazem parte da dinâmica mutante de economias em transformação. A demanda muda, os mercados mudam, logo a produção e seus sistemas de suprimento também se alteram.

No agregado, conforme revela o quadro 5, a indústria saiu do fundo do poço de 1995, um ano de ajuste estrutural, no qual com o Plano Real em seu 2º ano consolidou-se a expulsão da inflação radical, à taxa de crescimento de 1,91%, para crescer 4,81% em 2.000 e 6,18% em 2.004.

As evidencias sugerem que a indústria está modernizando-se e assumirá crescente importância no PIB brasileiro. Sua produtividade crescerá, após um longo período, entre 1981 – 2003, aproximadamente, de reposicionamento e revigoração de suas bases produtivas e tecnológicas.

No plano específico, evoluem confortavelmente as indústrias extrativa mineral com louvores para a do petróleo; de bens de consumo duráveis; de papel e celulose; de máquinas agrícolas; a automobilística e de embalagens. E merecem uma revisão com o estabelecimento de políticas específicas, para seu revigoração, as de bens de capital; bens de consumo não duráveis; metalúrgica; têxtil; de bebidas; e de cimento, mormente, entre outras.

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA EM GERAL

ANO	INDÚSTRIA EM GERAL		INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO			
	VARIAÇÃO (%)	BASE: FIXA		BENS DE CAPITAL	BENS INTERME- DIÁRIOS	BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS
	ACUMULADO EM 12 MESES	2002=100	BASE: FIXA 2002=100	BASE: MÉDIA 2002=100			
1981		70,687	23,184	97,098	64,636	48,305	77,990
1990		79,091	45,978	85,614	76,968	61,124	86,593
2000		95,824	81,276	93,552	96,098	96,050	97,278
2001		97,336	84,058	106,150	95,968	95,475	98,883
2002		99,996	99,995	99,993	99,995	99,995	99,995
2003		100,470	104,520	102,160	102,023	102,962	96,136
2004	8,30	106,410	112,430	119,570	103,570	120,620	106,370
2005	3,09	109,300	123,120	128,020	103,840	137,570	109,120
2006	2,98	101,040	113,520	114,410	99,540	134,810	94,210

Fonte: Fipe e Dieese (indicadores de preço). IBGE (indicadores industriais)

QUADRO 2 - INDICADORES INDUSTRIAIS - PRODUÇÃO FÍSICA

ANO	POR GÊNEROS INDUSTRIAIS					
	Metalurgia Básica	Máquinas e Equipa- mentos	Têxtil	Refino de Petróleo e Álcool	Bebidas	Celulose, Papel e Produtos de Papel
(BASE: MÉDIA 2002 = 100)						
1995	85.191	87.650	118.386	86.016	115.883	82.493
2000	95,994	93,193	105,298	98,987	113,058	96,556
2005	110,100	121,570	104,700	103,730	110,610	121,740

Fonte: IBGE

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DAS PRODUÇÕES AUTOMOBILÍSTICAS E SIDERÚRGICA

ANO	PRODUÇÃO AUTOMOBILÍSTICA			PRODUÇÃO SIDERÚRGICA (MIL T)		
	MÁQUINAS AGRÍCOLAS AUTOMOTRIZES (1.000 UNID.)	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS (UNID.)	AUTO VEÍCULOS - TOTAL (UNID.)	AÇO BRUTO	FERRO GUSA	LAMINADOS DE AÇO
1995	28,40	1.301.140	1.636.324	25.044	25.107	16.025
2000	35,50	1.365.919	1.677.985	27.763	27.854	18.201
2005	53,40	1.947.921	2.461.149	31.624	34.061	22.582

Fonte: Anfavea. IBS, ANP, SNIC, ABPO e FGV/IBRE.

QUADRO 4 - PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, CIMENTO E EMBALAGENS

ANO	PRODUÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO (MIL BARRIS/DIA)	PRODUÇÃO DE CIMENTO (MIL T)	EXPEDIÇÃO DE EMBALAGENS (EM T)
1995	699	28.256	1.353.805
2000	1.252	39.559	1.756.049
2005	1.688	31.319	2.156.453

Fonte: Anfavea, IBS, ANP, SNIC, ABPO e FGV/IBRE.

QUADRO 5 - INVESTIMENTOS COMO PERCENTAGEM DO PIB E TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB REAL (EM %)

ANO	EM PERCENTAGEM DO PIB	TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB REAL (EM %)			
	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITA FIXO	TOTAL	SETORIAL		
			INDÚSTRIA	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA
1985	18,01	7,91	8,27	7,00	9,58
1990	20,66	-5,05	-8,73	-1,15	-2,76
1995	20,54	4,22	1,91	1,30	4,07
2000	19,29	4,36	4,81	3,80	2,15
2004	19,57	4,94	6,18	3,32	5,29

Fonte: IBGE

Resumo.

Este estudo analisa a evolução industrial do Brasil sobretudo no período 1.980 / 2.006. Destaca o processo sofrido, lento e reduzido de evolução industrial no período, devido à redução de financiamentos externos e internos; à elevada inflação; e à falta de medidas internas de estabilização macroeconômica entre 1.980 e 1.993.

Mostra que embora no plano geral a indústria tenha crescido pouco, houve exceções como o ramo petrolífero e das indústrias que destinam *commodities* ao exterior.

Bibliografia

ABRADEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; Resultado Consolidado da Inadimplência do Setor de Distribuição; 3T06; 2006.

Agenor, Richard & Montiel, Peter; Development Macroeconomics; Pinceton University Press; Princeton; 1.995.

Bacha, E L.; Crescimento Econômico, salários Urbanos e Rurais: O Caso do Brasil; Pesquisa e Planejamento Econômico; n. 9; 1979.

Baer, Werner; A Industrialização e o desenvolvimento Econômico do Brasil; 4ª edição; Rio de Janeiro; Edição da Fundação Getúlio Vargas; RJ; 1.979.

Baer, Werner; The Brazilian Economy: Its Growth and Development; Columbus. Grid Publishing, 1.979.

Bailey, M. J.; National Income and the price level, a study on Macrotheory; International Student Edition; Mac Graw Hill Company; Tokyo, Japan. 1962.

Banco Central do Brasil; Relatório Anual dos anos 1975 a 2005.

Bhagwati, Jagdish; The Economics of Underdeveloped Countries; World University Library; McGraw-Hill Book Company; New York Toronto; 1.966.

Blanchard, Olivier; Macroeconomia; Pearson – Prentice Hall; 3ª edição; 2.005.

Brealey, Richard A. / Myers, Stewart – Principles of Corporate Finance; McGraw-Hill International Editions; third Edition; 1.988

Brilman, Jean – Les meilleures pratiques de management au coeur de la performance – Éditions d'Organization, 2001.

Conjuntura Econômica; vol. 40 a 62, nºs 1 a 12; Fundação Getulio Vargas.

Crámer, I. – Statistics, Mac Graw Hill, 1.978.

Dornbush, Rudiger e Fisher, Stanley; Macroeconômicas; Mac Graw Hill; 2.001.

Galbraith, John Kenneth; O Novo Estado Industrial; Novos Ubrais; Livraria Pioneira Editora; 1973.

Enciclopedia Britannica; Mathematical Model; Systems; Networks; www.britannica.org; 2008.

Sachs, Jeffrey e Larrain, B. Felipe; Macroeconomia; Macroeconomics for global economy; MAKRON Books do Brasil Editora; 2.000.

Varian, Hal; Microeconomic Analysis; Second Edition; WW Norton & Company; New York; 1978.

Zerkowski, Ralph Miguel; Fundamentos Metodológicos e Conceituais das Estimativas de Investimento; RBE – Revista Brasileira de Economia; número 31; 1.977.

Fundação Getúlio Vargas – FGV; Revista Conjuntura Econômica; volumes 1 a 56.

Fundação Getúlio Vargas – FGV; Revista de Administração Pública – RAP; volumes 1 a 48.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Anuário Estatístico; anos 2000 a 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Censo Agropecuário; anos 1950, 1960, 1970, 1980.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Censos Industriais do período 1.960 / 2.000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Recenseamento Demográfico Geral; anos 1.960; 1970; 1980; 1990/1991; 2000/2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Séries Estatísticas Retrospectivas; anos 1.970; 1.977; 1.987; 1.994; 1.999; 2.004; 2.007.

Autor: Istvan Karoly Kasznar é PhD. em Business Administration pela Califórnia Coast University – CCU; Mestre em Economia pela Escola de Pós Graduação em Economia da FGV; Técnico em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela EBAPE – FGV; Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Especialista em Banking pela Universidade de Berkeley – Califórnia – USA. Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, na EBAPE. Economista – Chefe da ACREFI; CEO da Institutional Business Consultoria Internacional; Conselheiro do SECIF e do Instituto Dannemann – Siemsen de Propriedade Industrial. Membro – representante do Grupo de Estudos da Previdência, na FEBRABAN. Especialista em Macroeconomia; Banking; Estratégias e Controles Bancários Avançados. Professor – conferencista do IBMEC; da PUC – Pontifícia Universidade Católica; e da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (istvan@acrefi.org.br). Telefone: 55 – 21 – 22637017.

(*) Dados de 2006, disponíveis até o mês de fevereiro.